



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. Wilson Filho)

Requer Audiência Pública com a presença do Secretário da Previdência Social, Sr. Marcelo Caetano, para se debater o montante do déficit da Previdência Social, assim como dívidas de teor previdenciário.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado para participar de Audiência Pública o Secretário da Previdência Social, Sr. Marcelo Caetano, para se debater o montante do déficit da Previdência Social, assim como dívidas de teor previdenciário.

JUSTIFICATIVA

De acordo com dados oficiais, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) registrou déficit R\$ 151,9 bilhões (R\$ 149, bilhões em valores nominais) em 2016, resultado de um crescimento de despesas com benefícios de 6,6% (R\$ 515,9 bilhões) e de contração da arrecadação em 6,4% (R\$ 364 bilhões).

Esses dados são comparativos ao ano anterior, 2015, e se referem a pagamentos de sentenças judiciais e a Compensação Previdenciária (Comprev) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados e municípios.

No mesmo período de análise, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos federais (RPPS), incluídos os militares, assinalou rombo de R\$ 77,151 bilhões, enquanto que, em 2015, o déficit era de R\$ 72,514 bilhões (aumento de 6,4%).



Câmara dos Deputados

Sob outra perspectiva, há relatos de que a Previdência Social não seria deficitária, já que haveria remanejamentos ou transposições de recursos públicos. Além disso, caso os débitos previdenciários fossem devidamente ressarcidos, após sua inscrição em Dívida Ativa da União, o rombo da Previdência seria, ao menos, amenizado.

Sobre a possibilidade de remanejamento, há relatos de que uma boa parte dos recursos da Previdência seriam remanejados para áreas estranhas à previdenciária. Isso se deveria, em grande parte, devido à Desvinculação de Receitas da União (DRU), instrumento temporário que, após várias prorrogações, tornou-se dispositivo permanente para remanejamentos orçamentários.

A respeito dos inscritos em Dívida Ativa, meios de comunicação relatam que, principalmente, grandes empresas deixam de repassar, anualmente, cerca de R\$ 426 bilhões ao INSS, valor bem superior à soma dos déficits do RGPS e RPPS.

Diante do exposto, para esclarecer dúvidas e contrastar diferentes pontos de vista sobre um dos assuntos mais discutidos pelos cidadãos brasileiros atualmente, submeto aos ilustres pares, para a aprovação, o presente requerimento.

Sala da Comissão, de abril de 2017.

Deputado Federal **Wilson Filho**
PTB-PB